



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXXIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO TRIBUTÁRIO E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - 18.05.2014

PROVA ESCRITA
ESPECIALIZADA DA
BANCA DE DIREITO
CONSTITUCIONAL,
DIREITO
ADMINISTRATIVO,
DIREITO TRIBUTÁRIO E
PRINCÍPIOS
INSTITUCIONAIS DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

18/05/2014



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXXIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO TRIBUTÁRIO E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - 18.05.2014

Ponto sorteado: 2 (dois)

Direito Constitucional

1ª Questão – Direito Constitucional (Valor: 50 pontos)

Discorra sobre o poder normativo do Conselho Nacional do Ministério Público.

Resposta fundamentada.

2ª Questão – Direito Constitucional (Valor: 50 pontos)

Analise a denominada “cláusula de barreira” sob o prisma dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil e da funcionalidade dos partidos políticos.

Resposta fundamentada.

Direito Administrativo

1ª Questão – Direito Administrativo (Valor: 50 pontos)

Criado por lei municipal que lhe atribui papel estritamente consultivo, o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano de Arara Azul, município de 390 mil habitantes, reunido em caráter extraordinário, resolveu encaminhar representação à Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva local aduzindo, em síntese, o seguinte:

- a. que não obstante tivesse o Conselho recomendado ao Prefeito a realização de audiência pública com ampla e prévia divulgação antes do encaminhamento à Câmara Municipal do projeto de lei do orçamento anual, aquele ignorara a recomendação;
- b. que o Prefeito igualmente ignorara requerimento do Conselho no sentido da revisão do plano diretor, aprovado em 2003;
- c. que o Chefe do Executivo, à guisa de dar cumprimento ao plano diretor, lançara uma operação urbana consorciada, para tanto encaminhando projeto de lei à Câmara Municipal sem atender às solicitações de prévio acesso pelo Conselho aos documentos e levantamentos pertinentes e de que se realizasse audiência pública com representantes da comunidade atingida pela referida operação.

Instaurado Inquérito Civil pelo Promotor de Justiça e ouvido o Prefeito, este alega que efetivamente consultara o Conselho em todas as oportunidades, como determina o Plano Diretor, mas que, em razão do caráter consultivo daquelas manifestações, não estava obrigado a realizar audiência ou debate prévio ao



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXXIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO TRIBUTÁRIO E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - 18.05.2014

encaminhamento da proposta orçamentária nem a revisar necessariamente o Plano Diretor, e que este, aliás, se mostrava ainda bastante atual e adequado à realidade municipal. Alegou, ainda, que a implementação do plano diretor é um dever do Chefe do Executivo, não havendo qualquer vício na deflagração da referida operação urbana.

Assiste razão ao Conselho nos pontos suscitados na representação? Caso positiva a resposta, quais as providências a serem adotadas visando à satisfação prática do que postulam os membros do Conselho com relação aos pontos em que lhes assiste razão? Há alguma providência a adotar com relação à conduta do Chefe do Executivo? **Resposta fundamentada.**

2ª Questão – Direito Administrativo (Valor: 50 pontos)

Esclareça se o parecer do procurador do Município, uma vez adotado como fundamento de subseqüente ato administrativo lesivo ao Erário, pode ensejar a responsabilização daquele por ato de improbidade e, se positiva a resposta, em quais circunstâncias. Neste caso, analise ainda a responsabilidade do ordenador de despesas que praticou o ato lesivo com base no aludido parecer. Tendo ocorrido eventual absolvição de ambos em processo administrativo disciplinar interno, que efeitos isto teria sobre a apuração das condutas em sede de tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas ou ainda em sede de Inquérito Civil instaurado pelo Ministério Público para a apuração de responsabilidades de todos os envolvidos?

Resposta fundamentada.

Direito Tributário

1ª Questão – Direito Tributário (Valor: 50 pontos)

Emenda Constitucional pode autorizar a cobrança de tributo previamente instituído pelo Município sem previsão na Constituição Federal? Justifique.

Resposta fundamentada.

2ª Questão – Direito Tributário (Valor: 50 pontos)

Discorra sobre a aplicação temporal da lei tributária interpretativa, analisando especificamente a norma do artigo 3º da Lei Complementar 118/05 e sua interpretação jurisprudencial, tendo em vista o prazo prescricional aplicável para o ajuizamento de repetição de indébito, nos casos de tributos lançados por homologação.

Resposta fundamentada.



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXXIII CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA DA BANCA DE DIREITO CONSTITUCIONAL, DIREITO ADMINISTRATIVO, DIREITO TRIBUTÁRIO E PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - 18.05.2014

Princípios Institucionais do Ministério Público

1ª Questão – Princípios Institucionais do MP (Valor: 50 pontos)

O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, na condição de órgão agente, deflagrou ação judicial na qual havia interesse de incapaz no polo passivo da relação processual. Neste caso, haverá necessidade de intervenção de outro órgão ministerial? Na hipótese de demanda envolvendo dois incapazes com interesses contrapostos haverá obrigatoriedade de intervenção de dois órgãos do Ministério Público?

Resposta fundamentada.

2ª Questão – Princípios Institucionais do MP (Valor: 50 pontos)

É possível ao órgão do Ministério Público buscar tutela judicial para amparar direito individual de pessoa com deficiência física? **Resposta fundamentada.**